

EMIGRAÇÃO E DEPENDÊNCIA : ALGUNS ELEMENTOS DE ANÁLISE TEÓRICA

por
VICTOR M. PEREIRA DA ROSA *

Examinaremos, neste artigo, as contribuições de diferentes estudos sobre as migrações e o desenvolvimento, e forneceremos alguns elementos de análise que poderão vir a caracterizar a emigração face à dependência sócio-económica dos Açores. Aqui como alhures, a emigração não é um problema individual, mas um fenómeno intimamente ligado à estrutura sócio-económica do país de origem e à posição deste no sistema económico mundial. Propomo-nos, portanto, enquadrar o fenómeno migratório em função de alguns condicionalismos ignorados em certos estudos sobre este assunto.

Com efeito, a atenção dos pesquisadores no campo das migrações tem-se concentrado, em parte, na redacção de trabalhos de síntese teórica. Poucas especialidades têm prestado tanta atenção às suas próprias contribuições, mesmo aos seus limites e deficiências. De facto, o desenvolvimento de qualquer campo de investigação requer uma certa medida crítica, no entanto este criticismo não deverá levar ao pessimismo ou à auto-destruição. Segundo alguns

* Professor da Universidade de Ottawa (Canadá).

autores (cf. Grosse, 1986; Starck, 1986), o estudo das migrações chegou ao ponto de se auto-destruir.

Os estudos sobre as migrações poder-se-ão dividir entre os que se preocupam, principalmente, com as dimensões individuais deste fenómeno e os que estão mais interessados em amplas estruturas a nível sócio-económico. Os primeiros concentram-se, sobretudo, no que acontece ao emigrante no novo meio (ver, por exemplo, Gans, 1962; ou Gordon, 1967), numa perspectiva de assimilação e de «problemas» sociais. Os segundos estudam as estruturas e condições sócio-económicas dos países de imigração e, até certo ponto, dos países donde são oriundos os imigrantes.

Nas duas tradições de investigação antes mencionadas, encontram-se autores que assumem uma atitude abertamente apologética da emigração e outros que são bastante críticos deste fenómeno demográfico. Contudo, o paradigma crítico tem sido dominante. Este parte do princípio que as migrações têm, sobretudo, consequências negativas para o país de origem e positivas para o país de acolhimento. Samir Amin (1974) servirá de exemplo típico pois tem argumentado veementemente que os movimentos migratórios resultam num desenvolvimento económico das zonas de imigração e num empobrecimento das zonas donde são oriundos os imigrantes. Por outro lado, o paradigma apologético defende que as migrações favorecem a racionalização dos sistemas económicos. Elliot Berg (1965), por exemplo, afirma que as migrações na África Ocidental têm servido para redistribuir um dos factores de produção — a mão de obra — que estava desigualmente repartido.

No que concerne as diferentes disciplinas académicas, constata-se que, tradicionalmente, as ciências económicas têm, em certa medida, ignorado o estudo das migrações. George Tapinos (1974: 2), por exemplo, afirma que, em ciências económicas, «nunca houve uma teoria das migra-

ções e as migrações nunca (ou quase nunca) foram tomadas em consideração na formulação das teorias económicas». Esta opinião parece ser um pouco exagerada porque alguns economistas, de formação mais clássica, tiveram em consideração o fenómeno das migrações, explicando-o em termos da lei da oferta e da procura. Não obstante, é um facto que em economia a imobilidade dos factores de produção é considerada como uma situação «normal». A mobilização de um desses factores — o capital — é considerada como sendo um caso específico. A mobilidade do factor trabalho nem sempre é considerada em si mesma. Quando o é, é-o a título de complemento dos movimentos de capitais e do ciclo económico.

Tanto os antropólogos como os sociólogos têm dedicado mais atenção às migrações do que o têm feito os economistas. Uma das contribuições mais originais foi demonstrar que, em diversos casos, a exportação de mão de obra tornou-se uma das principais fontes de riqueza para uma região ou um país e que, num ou noutro caso, chega mesmo a ser o principal recurso natural. George Foster (1967) depois de mencionar no seu estudo sobre Tzintzuntzan, que cerca de metade da população adulta desta comunidade rural mexicana tinha emigrado temporariamente para os Estados Unidos da América, considera que as divisas enviadas por esses emigrantes para o país de origem provocavam uma mudança social bastante importante, criando um sistema de dependência sócio-económica desse dinheiro (cf. Shankman, 1976; Rhoades, 1977). Assim como Oscar Lewis (in Shankman, 1976: 1-2) anotou para Tepoztlan profundas influências resultantes do investimento de emigrantes na sua comunidade de origem (construção ou melhoria da habitação, compra de propriedades, de gado, etc.) e também da introdução de inovações tecnológicas (electrodomésticos, metodologias agrícolas e industriais, etc.), que provocaram sempre mudanças, mais ou menos acentuadas, nas estruturas sócio-económicas e cul-

turais, poder-se-ia demonstrar, sem grande dificuldade, que também a sociedade açoriana revela uma grande dependência do processo emigratório.

Para alguns autores, a emigração é também um meio pelo qual uma fracção importante da população adquire uma formação profissional nos países industrializados. Sem querermos negar a importância dessa formação, a verdade é que, no decurso da nossa investigação bibliográfica e do nosso trabalho de campo, nunca encontramos um número significativo de trabalhadores regressados ao meio de origem que tenham tirado grande partido da eventual qualificação profissional adquirida no estrangeiro. Ainda que limitando-se ao universo europeu, os sociólogos Castles e Kosack (1973: 414) dão-nos razão, quando afirmam que uma proporção muito elevada de trabalhadores da Europa Ocidental jamais obtêm uma verdadeira qualificação profissional e aqueles que o conseguem não ultrapassam, salvo raríssimas excepções, o estágio de operários semi-qualificados, o que, no caso de um regresso ao país de origem, não resolveria as suas necessidades em técnicos. Aqueles emigrantes que adquirem uma verdadeira competência profissional serão muito poucos e isso exige-lhes uma permanência demasiado longa no país de acolhimento, criando-lhes raízes familiares e económicas que, frequentemente, os impedem de regressar.

O retorno da mão de obra emigrada ao país de origem poderia representar um impulso importante para o seu próprio desenvolvimento, se os conhecimentos e os capitais de que é portadora fossem aplicados nas regiões periféricas, interioranas e rurais, ou em sectores economicamente carenciados. O que acontece, porém, é que na maior parte dos casos, esses factores desenvolvimentistas não são cabalmente aproveitados, seja pelo irresistível apelo dos centros urbanos seja por falta de aconselhamento e de apoios claros da parte do poder político que carece de autênticos planos de reordenamento económico. Em todo

o caso, haja ou não retorno, as remessas dos emigrantes têm sido um elemento determinante na evolução sócio-económica das zonas mais atrasadas. Na verdade, a mudança do *facies* físico das regiões rurais e o aumento da actividade comercial dos centros urbanos que lhes são adjacentes evidenciam o quanto a vida dessas comunidades depende do factor emigratório.

A dependência criada pelo fenómeno da emigração, ainda que tenha reflexos imediatos no âmbito local, estende-se, imediatamente, ao nível regional e nacional, uma vez que os hábitos de consumo do emigrante, em férias ou regressado, vão condicionar praticamente toda a actividade económica e cultural de um país que tem de preparar-se para responder às suas solicitações. Esta resposta só pode ser dada pela importação dos meios materiais e culturais que satisfaçam a procura desses novos consumidores, o que implica, obviamente, o aumento da relação de dependência do país de origem para com os países de acolhimento. Assim, estranhamente, o país de origem, em vez de se libertar, pelo aumento do nível de vida e pela melhoria dos hábitos sociais dos seus cidadãos, cria laços de dominação cada vez maior, ao «estrangeirar» o seu desenvolvimento sócio-económico. Razão, portanto, para Samir Amin (1973: 91), quando afirma que «hoje, as economias nacionais já não podem existir fora da economia internacional que lhes condiciona o desenvolvimento».

B i b l i o g r a f i a

AMIN, Samir — «Underdevelopment and Dependence in Black Africa; Their Historical Origins and Contemporary Forms», *Social Economic Studies*, 1973a, Vol. 22, n.º 1, pp. 177-196.

AMIN, Samir — *Le développement inégal*. Paris: Éditions de Minuit, 1973b.

- AMIN, Samir — *Modern Migrations in West Africa*. London: Oxford University Press, 1974.
- BERG, Elliot — «The Economics of the Migrant Labor System», in Hilda Kuper (ed.), *Urbanization and Migration in West Africa*. Berkeley: University of California Press, 1965.
- CASTLES, S. e KOSAK, G. — *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*. London: Oxford University Press, 1973.
- GANS, Herbert — *The Urban Villagers*. New York: Macmillan, 1962.
- GORDON, Milton — *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press, 1967.
- GROSSE, Scott — «La rétention et la migration des populations rurales africaines: Une nouvelle synthèse de la littérature», in José Havet (ed.), *Le village et le bidonville; Rétention et migration des populations rurales d'Afrique*. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1986.
- LEE, S. E. — «A Theory of Migration», in J. A. Jackson (ed.), *Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- RHOADES, Robert — «Inter-European Migration and Development in the Mediterranean Bassin», *Current Anthropology*, 1977, Vol. 18, n.º 3, pp. 539-540.
- SHANKMAN, Paul — *Migration and Underdevelopment: The Case of Western Samoa*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1976.
- STARCK, Oded — «Les recherches portant sur les migrations des campagnes vers les villes dans les PVD: État de la question et perspectives», in José Havet (ed.), *Le village et le bidonville; Rétention et migration des populations rurales d'Afrique*. Ottawa: Éditions de l'Université d'Ottawa, 1986.
- STICHTER, Sharon — *Migrant Laborers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TAPINOS, George — *L'économie des migrations internationales*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques / Armand Colin, 1974.